

Lina María Hurtado Gómez | Professora do Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) (Ilhéus, Bahia), assessora do Centro de Pensamento Amazonias. Doutora em Geografia, realiza pesquisas sobre conflitos, territoriais, políticas territoriais, resistências e r-existências.

Mercedes Solá Pérez | Geógrafa, professora de graduação e mestrado em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e coordenadora do Núcleo de ensino, pesquisa e extensão (R)Existências Ambientais e Territoriais – REAT. Trabalho com povos do campo, das águas e das florestas pela construção de outros mundos existentes e possíveis.

Valter do Carmo Cruz | Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. É coordenador do Núcleo de Estudos sobre Território, Ações Coletivas e Justiça - NETAJ/UFF e integra a Rede brasileira de pesquisadores em Geografia (Socio)ambiental. Pesquisa sobre Movimentos sociais, ecologia política e conflitos territoriais; Geografia, giro descolonial e epistemologias outras; Amazônia.



ISBN 978-65-87145-81-5
9 786587 145815

Como vocês perceberão, desde as primeiras linhas até o final, pelas intenções compartilhadas das vozes aqui reunidas, estamos perante um "dicionário" que não o é. Antes em seus antípodas, esta obra não oferece definições precisas, exatas, acabadas; não fixa conceitos que são erguidos a partir da arrogante pretensão de "aprisionar" a realidade e deixá-la assim, como matéria verdadeira, enclausurada em determinações categóricas que buscam fazer *do real* "algo útil". Este é um "dicionário" estranho ou, melhor dizendo, feito na contramão do senso comum dominante; pois, trata-se de um "dicionário" que, mais do que estabelecer certezas, busca compartilhar perplexidades e buscas; mais do que respostas – nunca concebidas como "definitivas" –, procura oferecer caminhos de abertura, horizontes, perguntas e, talvez e sobretudo, *questionamentos*.

HORACIO MACHADO ARÁOZ

Vejo neste Dicionário de Ecologia Política a consolidação de uma vasta produção que vem sendo engendrada a partir de um fecundo diálogo de saberes que vem contribuindo para criar esse campo que é a própria Ecologia Política. Embora esse campo transcenda a América Latina, é inquestionável a contribuição que daqui emana, o que se reflete na própria geografia dos autores e autoras que aqui neste livro se apresentam. [...] Sim, há uma crise reconhecida dos paradigmas eurocêntricos que colonizaram o mundo com sua Ciência e suas múltiplas separações. Fala-se cada vez mais de *inter*, *multi* ou *trans* disciplinariade. Não, a riqueza deste Dicionário reside no amplo diálogo de saberes que vai além das disciplinas e dos disciplinados, pois parte-se do reconhecimento da existência de múltiplas racionalidades que vêm sendo subjugadas, quando não extintas, por meio do epistemicídio que vem acompanhando a moderno-colonização capitalista, com seu ecocídio imanente.

CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

PORTO-GONÇALVES, MALHEIRO,
BARCELLOS, MONTENEGRO,
HURTADO GÓMEZ, SOLÁ PÉREZ
e CRUZ (Orgs.)

**DICIONÁRIO DE
ECOLOGIA POLÍTICA**

CONSEQUÊNCIA



DICIONÁRIO DE ECOLOGIA POLÍTICA

ORGANIZAÇÃO

Carlos Walter Porto-Gonçalves
Bruno Cesar Pereira Malheiro
Eduardo Barcelos
Jorge Montenegro
Lina María Hurtado Gómez
Mercedes Solá Pérez
Valter do Carmo Cruz

CONSEQUÊNCIA

Carlos Walter Porto-Gonçalves | Professor titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense e coordenador do Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense (LEMTO-UFF). Mestre encantado (1949-2023), caminhante e contador de mundos em r-existência.

Bruno Cesar Malheiro | Geógrafo e pesquisador amazônida, é professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Um dos autores de "Horizontes Amazônicos" (2021), autor de "Geografias do Bolsonarismo" (2023) e roteirista do filme "Pisar Suavemente na Terra" (2022).

Eduardo Barcelos | Graduado em Engenharia Ambiental (UFOP). Mestre e doutor em Geografia (UFF). Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IF Baiano, campus Valença-Bahia. Parceiro e cartógrafo da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado. Desenvolve pesquisas nas temáticas de cartografia, conflitos ambientais, território, questão agrária, mineração e educação profissional.

Jorge Montenegro | Geógrafo dos sem sentidos do desenvolvimento e das r-existências comunitárias no campo. Integra redes de pesquisa e extensão com comunidades tradicionais e movimentos sociais no Paraná (Brasil). Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da UFPR (Curitiba, Brasil).

Dicionário de Ecologia Política

CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES
BRUNO CEZAR PEREIRA MALHEIRO
EDUARDO BARCELOS
JORGE MONTENEGRO
LINA MARÍA HURTADO GÓMEZ
MERCEDES SOLÁ PÉREZ
VALTER DO CARMO CRUZ
(ORGANIZADORES)

Dicionário de Ecologia Política

CONSEQUÊNCIA

© 2024, dos autores

Direitos desta edição reservados à
Consequência Editora
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
ed@consequenciaeditora.com.br
www.consequenciaeditora.com.br
BlogdaConsequência

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação,
no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei no 9.610/98).

Conselho editorial

Alvaro Ferreira
Carlos Walter Porto-Gonçalves (*In memoriam*)
João Ferrão
João Rua
Marcelo Badaró Mattos
Márcio Piñon de Oliveira
Marcos Saquet
Martina Neuburger
Ruy Moreira
Timo Bartholl

Coordenação editorial e projeto gráfico: Consequência Editora

Revisão: Victor Reichenheim

Ilustrações: Elisa Feltran Serafim

Diagramação: Oliveira e Filho

Capa: Tiago Rodrigues

Imagen de Capa: Ilustração de Elisa Feltran Serafim

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) DE ACORDO COM ISBD

D546 Dicionário de ecologia política / organizado por Valter do Carmo
Cruz...[et al.]. - Rio de Janeiro : Consequência Editora, 2024.
714 p. : il. ; 18cm x 25,5cm.
Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-87145-81-5

1. Geografia. 2. Pensamento crítico. 3. América Latina. 4. Ecologia. 5. Emancipação. I. Porto-Gonçalves, Carlos Walter. II. Malheiro, Bruno Cesar Pereira. III. Barcelos, Eduardo. IV. Montenegro, Jorge. V. Gómez, Lina María Hurtado. VI. Pérez, Mercedes Solá. VII. Cruz, Valter do Carmo. VIII. Título.

2024-1026

CDD 910

CDU 91

SUMÁRIO

PRÓLOGO	11
<i>Carlos Walter Porto-Gonçalves</i>	
APRESENTAÇÃO	15
TRAMA 1. PERSPECTIVAS DE MUNDOS EM CONFLITO	
ECOLOGIA POLÍTICA	28
<i>Enrique Leff</i>	
ECOLOGIA POLÍTICA URBANA	34
<i>Marcelo Lopes de Souza</i>	
ECONOMIA ECOLÓGICA.....	41
<i>Clóvis Cavalcanti</i>	
HISTÓRIA AMBIENTAL.....	46
<i>Guillermo Castro Herrera</i>	
GEOGRAFIA AMBIENTAL	53
<i>Dirce Maria Antunes Suertegaray</i>	
SOCIOLÓGIA AMBIENTAL	58
<i>Wendell Fischer Teixeira Assis</i>	
ECONOMIA POLÍTICA	65
<i>Marta Inez Medeiros Marques</i>	
ETNOECOLOGIA.....	73
<i>Bernardo Tomchinsky</i>	
<i>Flávio Bezerra Barros</i>	
ECOLOGIA POLÍTICA DO CAMPO E DA CIDADE	78
<i>Klemens Laschefske</i>	
SAÚDE E AMBIENTE	87
<i>Marcelo Firpo Porto, Alexandre Pessoa Dias</i>	
SAÚDE COLETIVA	94
<i>Ada Cristina Pontes Aguiar, Lívia Alves Dias Ribeiro, Rafael Dias de Melo, Raquel Maria Rigotto</i>	
ECOSSOCIALISMO	101
<i>Carlos Bittencourt</i>	
ECOANARQUISMO.....	107
<i>Marcelo Lopes de Souza</i>	

ECOFEMINISMO E ECOLOGIA POLÍTICA	114
<i>Liliam Telles, Sarah Luiza de Souza Moreira</i>	
FEMINISMO DECOLONIAL	120
<i>Ochy Curiel</i>	
ONTOLOGIA POLÍTICA	127
<i>Mario Blaser, José Cândido Ferreira</i>	
NATUREZA	133
<i>Marta Inez Medeiros Marques</i>	
TRAMA 2. A GUERRA CAPITALISTA CONTRA A VIDA	
TERRA	146
<i>Paulo Alentejano</i>	
ÁGUA.....	154
<i>Alexander Panez</i>	
ENERGIA	162
<i>José Auricélia Gois Lima</i>	
TERRITÓRIO.....	168
<i>Rogério Haesbaert</i>	
RECURSOS NATURAIS	174
<i>Maria Célia Nunes Coelho</i>	
EXTRATIVISMO E NEOEXTRATIVISMO.....	178
<i>Luiz Jardim Wanderley</i>	
AGRONEGÓCIO	183
<i>Fernando Michelotti</i>	
TRANSGÊNICOS.....	189
<i>Gabriel Bianconi Fernandes, Paulo Brack</i>	
AGROTÓXICOS	197
<i>Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida</i>	
MINERALNEGÓCIO.....	203
<i>Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM</i>	
HIDRONEGÓCIO	209
<i>Anderson Camargo Rodrigues Brito</i>	
AGROCOMBUSTÍVEIS	216
<i>Klemens Laschefske</i>	
BARRAGENS	225
<i>Movimento dos Atingidos e Atingidas por Barragens - MAB</i>	
GRANDES PROJETOS	233
<i>Bruno Malheiro, Valter do Carmo Cruz</i>	

BIOPIRATARIA	240
<i>Jaqueleine Pereira de Andrade</i>	
ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO	246
<i>Bruno Malheiro</i>	
ZONA DE SACRIFÍCIO.....	252
<i>Felipe Milanez</i>	
RACISMO AMBIENTAL.....	257
<i>Denilson Araújo de Oliveira</i>	
CONFLITO TERRITORIAL	264
<i>Lina María Hurtado Gómez, Carlos Walter Porto-Gonçalves</i>	
COLONIALIDADE DA NATUREZA.....	270
<i>Milson Betancourt</i>	
METABOLISMO SOCIAL.....	277
<i>Eduardo Barcelos</i>	
ENTROPIA	285
<i>Eduardo Barcelos</i>	
FRATURA METABÓLICA.....	292
<i>Horacio Machado Aráoz</i>	
APROPRIAÇÃO DE TERRAS E DE BENS NATURAIS.....	301
<i>Sérgio Sauer</i>	
VIOLÊNCIA.....	308
<i>Laura Rougemont, Mercedes Solá Pérez</i>	
DESTERRITORIALIZAÇÃO	316
<i>Rogério Haesbaert</i>	
ESPOLIAÇÃO	320
<i>Paulo Cesar Xavier Pereira</i>	
DESMATAMENTO	325
<i>Juan Doblas, Mauricio Torres</i>	
LIXO	332
<i>Alexandre Henrique Asada</i>	
FOME	340
<i>Claudio Ubiratan Gonçalves</i>	
DESASTRES AMBIENTAIS	347
<i>Bruno Milanez</i>	
POLUIÇÃO E CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL	354
<i>Lia Giraldo da Silva Augusto</i>	
ECOLOGIA POLÍTICA DAS DOENÇAS	360
<i>Gabriel Eduardo Schütz</i>	

ATINGIDOS, AFETADOS E REFUGIADOS	365
<i>Cristiana Losekann</i>	
CRISE AMBIENTAL	370
<i>Horacio Machado Aráoz</i>	
CRISE HÍDRICA	379
<i>Roberto Malvezzi (Gogó)</i>	
CRISE ENERGÉTICA.....	386
<i>José Auricélio Gois Lima</i>	
MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS.....	392
<i>Gian Carlo Delgado Ramos</i>	
ANTROPOCENO E CAPITALOCENO	400
<i>Eduardo Barcelos</i>	
 TRAMA 3. GESTÃO DE UM MUNDO EM PROCESSO DE DESTRUIÇÃO	
DESENVOLVIMENTO.....	412
<i>Jorge Montenegro</i>	
MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA.....	422
<i>Elder Andrade de Paula</i>	
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	427
<i>Instituto Socioambiental - ISA</i>	
ECONOMIA VERDE.....	432
<i>Larissa Ambrosano Packer</i>	
GOVERNANÇA AMBIENTAL	440
<i>Raquel Giffoni</i>	
POLÍTICA AMBIENTAL	446
<i>José Renato Sant'Anna Porto</i>	
BIODIVERSIDADE	454
<i>Rita de Cássia Martins Montezuma</i>	
CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	460
<i>Antonio Carlos Diegues</i>	
LICENCIAMENTO AMBIENTAL E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS	465
<i>Raquel Oliveira, Marcos Zucarelli</i>	
RISCO E VULNERABILIDADE AMBIENTAL	472
<i>Henri Acselrad</i>	
AMBIENTALISMO.....	479
<i>Agripa Faria Alexandre</i>	
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	488
<i>Carlos Frederico B. Loureiro</i>	

MEIO AMBIENTE E DIREITOS HUMANOS.....	493
<i>Cristiane Faustino</i>	
INTERNACIONALIZAÇÃO DE CONFLITOS AMBIENTAIS	501
<i>Mónica Vargas Collazos</i>	
 TRAMA 4. TECENDO HORIZONTES DE MUNDOS COM A VIDA	
MOVIMENTOS SOCIAIS	512
<i>Raúl Zibechi</i>	
ECOLOGIA INDÍGENA.....	516
<i>José Ángel Quintero Weir</i>	
QUESTÃO AMBIENTAL	521
<i>Angélica Catrileo Gaete, Ximena Mercado Catriñir</i>	
MEMÓRIA BIOCULTURAL	525
<i>Taata Sobode (Jefferson D. Brandão)</i>	
CONHECIMENTOS TRADICIONAIS.....	530
<i>Silvia Baptista</i>	
AGROSOCIOBIODIVERSIDADE	535
<i>Naiara Andreoli Bittencourt</i>	
PEDAGOGIA DA TERRA, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS	542
<i>Evandro Costa de Medeiros, Edir Augusto Dias Pereira</i>	
ECOLOGIA DE SABERES.....	548
<i>Ângela Massumi Katuta</i>	
COMUM	555
<i>Patricia Menezes Cardoso, Amanda Regis Faro</i>	
R-EXISTÊNCIA.....	562
<i>Lina María Hurtado Gómez, Carlos Walter Porto-Gonçalves</i>	
SENTIPENSAR COM A TERRA	568
<i>Arturo Escobar</i>	
TERRITORIALIDADE	578
<i>Edir Augusto Dias Pereira</i>	
POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	584
<i>Rosa Acevedo</i>	
TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS	593
<i>Alfredo Wagner Berno de Almeida</i>	
DIREITOS TERRITORIAIS	603
<i>Carolina de Freitas Pereira, Valter do Carmo Cruz, Gabriel Romagnose F. de F. Monteiro</i>	

DIREITOS DA NATUREZA.....	611
<i>Carlos Frederico Marés de Souza Filho</i>	
JUSTIÇA AMBIENTAL.....	620
<i>Henri Acselrad</i>	
CARTOGRAFIA.....	629
<i>Marcos Vinícius da Costa Lima</i>	
TECNOLOGIAS APROPRIADAS E SOCIAIS	637
<i>Tiago Pereira da Costa, Haroldo Schistek</i>	
AGROECOLOGIA	648
<i>Nivia Regina da Silva, Dominique Michele Perioto Guhur, Luiz Henrique Gomes de Moura</i>	
SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	655
<i>Vanessa Schottz, Juliana Pereira Casemiro, Kaio Rodrigues</i>	
DECRESCEMENTO	666
<i>Federico Demaria</i>	
PÓS-EXTRATIVISMO.....	670
<i>Diego Domínguez, Pablo Barbettta</i>	
OUTRAS ECONOMIAS.....	677
<i>Alanda Lopes B. Martins, Emanuel Jurado, Igor Dalla Vecchia, Antônio Alberto de Jesus de Pina Júnior, Laura Niño, María Amalia Guisasola, Timo Bartholl</i>	
BEM VIVER.....	686
<i>Alberto Acosta</i>	
CUIDADOS	692
<i>Miriam Nobre</i>	
VIDA	699
<i>Priscila Facina Monnerat, Jorge Montenegro</i>	
POSFÁCIO	709
<i>Horacio Machado Aráoz</i>	

Outras Economias

Alanda Lopes B. Martins

Emanuel Jurado

Igor Dalla Vecchia

Antônio Alberto de Jesus de Pina Júnior

Laura Niño

María Amalia Guisasola

Timo Bartholl

Na vida cotidiana, recebemos muitas informações de “natureza econômica”. Questões como inflação, emprego, desemprego, impostos, taxas de serviço público, dívida externa, dólar, consumo, preço e taxa de juros constituem, entre outras, o que chamamos de “problemas econômicos”. Tudo isso tem ressonância na explicação do funcionamento dos mercados capitalistas e da reprodução do capital. Mas o que essas informações dizem respeito à reprodução das nossas vidas e por que falar sobre *outras economias*?

Pensar *outras economias* significa (se) perguntar e questionar como as sociedades resolvem esta reprodução, como sustentam sua existência e de que forma e sob quais critérios satisfazem necessidades individuais e coletivas. Algumas destas são materiais, tangíveis e observáveis, como alimentação, moradia, vestuário e terra; outras são mais intangíveis e imateriais, como cuidado, afeto, identidade, pensamento e criatividade. A satisfação de todas estas necessidades em seu conjunto nos possibilita viver com dignidade em sociedade(s). Mas o capitalismo nos permite fazer isso?

Outras economias apresentam-se com uma imensa pluralidade de práticas e propostas que, a partir de uma perspectiva crítica e resistente, divergem substancialmente de um conjunto de características que marcam as estruturas e o funcionamento do sistema capitalista, pois baseiam-se na socialização de bens comuns ao invés da propriedade privada; no apoio mútuo ao invés da competição; no coletivismo solidário ao invés do individualismo competitivo; na colaboração ao invés da exploração; no compartilhamento comunitário e societário das riquezas geradas e no autossustento econômico societário sustentável ao invés da incessante busca por lucro, acumulação de capital e do crescimento sem fim.

Diante da expansão global do capitalismo e sua instauração como sistema dominante vigente, o que caracteriza economias como *outras* são relações de trabalho que não se baseiam em relações de dominação, como a exploração da mão de obra e a extração de mais-valia do trabalho por meio do assalariamento. E também a oposição à economia dominante, uma vez que não são patriarciais nem racistas. Por dizer em outras palavras, denunciam as contradições

sociais e ambientais que assentam o atual modelo econômico.

Com base nestas críticas, objetiva-se superar a relação hierarquizada patrão-empregado, proprietário-trabalhador e, em geral, capital-trabalho. Não separadas das relações sociais e comunitárias, *outras* economias representam uma busca pela reprodução ampla e integrada da vida coletiva. Buscam resolver nossas necessidades a partir de princípios básicos, como a reciprocidade, a autonomia, a autogestão, o associativismo e o intercâmbio, e conformam práticas que nos permitem produzir, distribuir e acessar o que precisamos enquanto comunidade e sociedade de forma justa e inclusiva, em uma perspectiva de (auto-)emancipação social. *Estas* se associam à luta pelo bem comum e pelo feminismo, em sua tônica pela reprodução da vida em conjunto com uma economia de cuidados. Falamos em *outras* economias no plural, pois trata-se de economias que têm a comunidade e o bem-estar comum como meio e fim, não partem de um único modelo metodológico específico, mas são a consequência da relação ser humano - ser humano e ser humano - natureza nas diversas escalas, do local ao global. Estas diferentes escalas as tornam localizadas, históricas, contextualizadas e, ao mesmo tempo, articuladas

com lutas mais amplas pela transformação econômica e social.

Em uma perspectiva histórica, podemos diferenciar:

(1) Formas *outras* de garantir a sobrevivência e a reprodução de um grupo de pessoas que antecedem ou coexistem, de forma resistente, com sistemas de exploração com diferentes níveis de violência, tais como o feudalismo, o colonialismo e o capitalismo. Entre povos originários indígenas, negros e tradicionais de todos os continentes, que têm sido violentamente invadidos, colonizados e explorados, existiam e r-existem muitas formas econômicas que não seguem uma lógica competitiva, exploradora, lucrativa e de crescimento e que persistem no decorrer do tempo, muitas vezes preservadas e adaptadas pelos povos em movimento *nos* e na luta *pelos* seus territórios.

(2) Formas *outras* que nasceram de processos de resistência dentro do contexto das lutas trabalho-capital do capitalismo em expansão, onde trabalhadoras e trabalhadores decidiram se organizar contra a exploração e para construir formas coletivas de trabalho.

E o que torna este tema das *outras* economias no continente Abya Yala¹ tão rico e

¹ Na *Encyclopédia Latino-Americana*, C. W. Porto-Gonçalves assina o verbete sobre *Abya Yala*, informando tratar-se de um termo da língua do povo Kuna, que designa “Terra madura”, “Terra Viva” ou “Terra em florescimento”, sendo **sinônimo de América**. “Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente como contraponto a América, expressão que, embora usada pela primeira vez em 1507 pelo cosmólogo Martin Wakdseemüller, só se consagra a partir de finais do século XVIII e inícios do século XIX por meio das elites crioulas para se afirmarem em contraponto aos conquistadores europeus no bojo do processo de independência.”

interessante são as (3) convergências entre as formas de economias *outras* precedentes ao sistema capitalista e as que nasceram em contradição interna ao mesmo, dando luz a uma multiplicidade de novas formas de *outras* economias através das quais muitas pessoas, sobretudo das classes populares e periféricas, garantem seu sustento, sua sobrevivência econômica e sua reprodução enquanto grupos, comunidades, povos e classes sociais.

(1) Referente às formas precedentes ao capitalismo no nosso continente, podemos destacar as formas de autossustento baseadas em trabalho coletivo e em uma relação equilibrada entre ser humano e natureza, sobretudo dos indígenas em todo o continente americano. Os povos originários de Abya Yala, assim como populações tradicionais latino-americanas como quilombolas, geraizeiras, faxinalenses, camponezas, campesínias, entre outras, possuem complexos sistemas de extrativismo, de produção agrícola e de criação animal, estabelecidos com base no uso comum e no compartilhamento de terras e recursos. As prestações de trabalho se ancoram em laços de coletividade, a exemplo da minga, do mutirão, ou mutiró, e se somam a sofisticadas estruturas de reciprocidade para o intercâmbio de sementes, alimentos, artefatos e conhecimentos.

(2) Na Europa, o capitalismo foi instaurado pelas classes dominantes dando fim a um sistema de uso comum das terras. A chamada acumulação primitiva somente foi possível porque os detentores do poder armado decidiram cercar áreas, até então disponíveis para o uso comum, e

começaram a privar as pessoas do acesso a estas terras, dando origem à propriedade privada, pilar fundamental do sistema capitalista. Diante disso, trabalhadoras e trabalhadores exploradas/os não somente se organizaram para lutar por melhores condições de trabalho e maiores salários, mas também construíram alternativas de auto-organização econômica visando socializar os meios de produção e coletivizar as atividades econômicas (coletivismo econômico), onde cada qual se engaja segundo sua capacidade e recebe segundo suas necessidades (anarco-comunismo) ou cada qual recebe conforme o trabalho com que contribuiu (anarco-coletivismo, cooperativismo). Os meios de produção nestes casos não estão nas mãos de capitalistas, mas de associações livres de trabalhadoras e trabalhadores. Quanto mais avançada esta luta, maior a abrangência e grau de auto-organização das/os trabalhadoras/es. No mínimo, garante-se um modo ou redes de trabalho coletivo em meio ao capitalismo vigente, dependentes ainda da inserção no livre mercado, e, no máximo, socializa-se e coletiviza-se toda a economia, acabando com a propriedade privada e a exploração. No século XIX, numerosas cooperativas e associações mutualistas desenvolveram-se em resposta a demandas da classe trabalhadora. Outra experiência mais radical neste sentido foi a da Espanha revolucionária entre 1936 e 1939.

(3) Muitas formas de *outras* economias são fruto da convergência de manifestações dos tipos (1) e (2) em direção às múltiplas *outras* economias contemporâneas que constroem-se numa perspectiva decolonial, antipatriarcal e anticapitalista. A vas-

ta maioria das *outras* economias em Abya Yala bebem, em maior ou menor grau, de diferentes influências históricas, populares e ancestrais, ao mesmo tempo em que se adaptam continuamente à realidade contemporânea na qual o ser humano e a natureza são violentamente submetidos à lógica do capitalismo periférico extrativista. Encontramos essas experiências sob diferentes denominações: economia social, economia comunitária, economia coletiva, economia solidária, economia da solidariedade, economia popular, economia do trabalho, economia feminista, economia para a vida, e a lista continua. A utilização de uma ou de outra depende do lugar de enunciação, dos sujeitos, dos objetivos políticos, entre outros aspectos.

Enquanto relações capitalistas são em sua essência antidemocráticas, as *outras* economias buscam democratizar de forma mais ou menos radical as relações e os processos de trabalho, dando lugar a uma (auto)emancipação de trabalhadoras e trabalhadores. Estes passam a tomar decisões coletivamente sobre os encaminhamentos da produção e sobre a distribuição dos frutos do trabalho, dependendo do tamanho da iniciativa, em reuniões do coletivo ou em assembleias de uma fábrica recuperada. Muitas vezes, busca-se uma rotatividade entre o exercício de funções, maximizando a formação das/os envolvidas/os para que cada um/a possa assumir responsabilidades e ter noção de toda a atividade econômica exercida pelo grupo. Para a distribuição daquilo que é produzido, montam-se redes de distribuição alternativa, como feiras livres e autônomas, cooperativas de logística e distribuição e cooperativas de

consumo, ou criam-se relações diretas entre quem consome e quem produz.

A diversidade de origens e experiências históricas e de influências ideológicas e culturais expressa-se em uma variedade de propostas e práticas de organização social em torno da produção-distribuição-consumo. O que se destaca como ponto comum nestas práticas é a perspectiva da res-socialização da economia, a compreensão do caráter socialmente compartilhado do trabalho como uma interdependência inerente à própria vida em sociedade, estando esta compreensão vinculada à abertura de espaços de negociação sobre a partilha da riqueza produzida. O ponto nevrálgico que demarca o paradigma das *outras* economias estaria, assim, na horizontalidade do poder de definição de como será distribuída e empregada esta riqueza, o que envolve também a forma como está organizada a apropriação dos meios de produção.

As *outras* economias antagonizam a lógica do capital no sentido outro que conferem à apropriação do trabalho excedente, que no âmbito das relações sociais capitalistas é tomado de forma privada pelos proprietários dos meios de produção. O trabalho excedente é aquele que transcende o esforço necessário para a reprodução dos fatores de produção, em outras palavras, para a manutenção de insumos, instalações e da energia vital do/a trabalhador/a. Ele está presente em múltiplas formas societárias e pode ser destinado a inúmeras funções sociais que não a sua apropriação privada e capitalista, como também para fins festivos, religiosos, de lazer, para a construção de escolas, cuidados com a

saúde e todo um conjunto de demandas que envolvem diferentes arranjos culturais. Em suma, é direcionado para dinâmicas de reprodução da vida que extrapolam a sua dimensão estritamente econômica.

Ao tratar-se de outras economias, no âmbito da reprodução da vida cotidiana, a teoria feminista nos apresenta aportes que se preocupam em tornar visíveis as dimensões de gênero da economia. Tornam explícitas a forma como as sociedades lidam com a reprodução diária das pessoas e de suas vidas. Para que uma sociedade funcione, há uma série de atividades que são realizadas no dia a dia. Na economia capitalista, há trabalhos que não são remunerados, mas que constituem o conjunto de tarefas necessárias para garantir o bem-estar e a sobrevivência das pessoas que compõem o lar e a comunidade. Este trabalho reprodutivo constitui a economia do cuidado e pode ser entendido em dois níveis fundamentais: (1) reprodução biológica: gestação, nascimento e amamentação da criança; e (2) reprodução social: manutenção do lar e reprodução de hábitos que incluem educação, alimentação, cuidado e atenção aos membros tanto quanto organização, costumes e valores de um determinado grupo social.

Na sociedade capitalista, observamos uma divisão sexual do trabalho que atribui papéis de gênero: as mulheres são responsáveis pelo trabalho reprodutivo, enquanto o trabalho produtivo é feito, em sua maioria, por homens. O tempo que mulheres e homens se dedicam ao trabalho doméstico é muito desequilibrado; enquanto mulheres passam cada vez mais tempo também em

relações de trabalho, muitas vezes precariamente remunerado, seguem fazendo trabalho não remunerado em casa, enfrentando, portanto, uma dupla jornada. A assimetria na distribuição do trabalho doméstico e de salários estão entre as principais fontes de desigualdade entre homens e mulheres. A nível comunitário, ao mesmo tempo, as mulheres são as principais protagonistas de iniciativas baseadas em *outras economias* em feiras locais, na produção de alimentos para autoconsumo, nas cozinhas comunitárias, nas práticas agroecológicas etc. A ligação entre a mulher e o cuidado com a vida é muito estreita, e lutar por uma economia social e ambientalmente equilibrada é uma tarefa intimamente ligada à economia do cuidado e à economia feminista.

A construção *de e em* redes tem um papel fundamental para as *outras economias*. A viabilidade de uma rede coletiva pós-capitalista depende da difusão do consumo recíproco, do reinvestimento coletivo dos excedentes e da colaboração solidária entre todos. Em tais redes, organizações de consumo, comércio, produção e serviços permanecem conectadas através de fluxos de materiais (produtos, insumos etc.), informações e valores compartilhados. Ao contrário das redes dominantes, esses projetos alternativos procuram substituir estruturas que (re)produzem a desigualdade por outras igualitárias e colaborativas. Nessas redes, a ideia de apropriação privada do excedente desaparece e, em seu lugar, a riqueza gerada pelo trabalho é compartilhada.

Na esfera do consumo, a visão neoclássica entende o mercado como um sistema com

regularidades e automatismos, onde a troca de bens e serviços é fixada com base em um determinado sistema de preços, regulado com base no livre jogo da oferta e demanda. Esta visão desconhece a natureza social dos mercados e da troca como uma forma de interação social, não capitalista em sua totalidade e cujo volume de transações é suporte para inúmeras necessidades da vida social. Nas experiências e trajetórias de implementação de *outros mercados*, estes tornam-se cenários de transformação, reconhecendo que as trocas fazem parte de nossa interligação como sociedade cujo objetivo final é a criação de laços de proximidade, confiança e reciprocidade. E por isso contribuem para a reprodução prolongada da vida e configuram ancoragens territoriais reconhecendo a identidade e as trajetórias culturais das comunidades envolvidas.

Circuitos curtos de comercialização, mercados de proximidade ou mercados solidários referem-se a formas de comercialização, principalmente no setor agroalimentar, que têm apenas um ou nenhum intermediário entre a produção e o consumo. Nestes espaços, se efetivam diálogos e relações de proximidade e confiança entre produtores e consumidores locais. A intermediação solidária é uma experiência que se materializa em cooperativas de comercialização, principalmente de produtos essenciais. Existem também redes de consumidoras/es organizadas/os diretamente em contato com produtoras/es, muitas delas formalizadas em cooperativas de consumo com maior ou menor participação no planejamento da produção.

Para além das práticas de mercado ou de grupos de consumidores, outras formas de organização da produção, distribuição e consumo apresentam-se em originais configurações, como a Community Supported Agriculture (CSA), ou Agricultura Apoiada pela Comunidade, que emerge no pós-1970 em contestação às contradições do regime agroalimentar capitalista. A CSA emprega, em sua estratégia de reprodução, táticas de reciprocidade binárias e generalizadas, nas quais um corpo de associados, chamados “coagricultores”, compartilham, de forma horizontal, tarefas, jornadas de trabalho e responsabilidades financeiras concernentes à produção de alimentos para suas famílias. A tática da reciprocidade viabiliza, nesta experiência, a manutenção das bases materiais da produção agrícola, como custos de aquisição de insumos e, em alguns casos, de aquisição/aluguel das terras cultivadas. Viabiliza também o funcionamento das estratégias de distribuição, organizadas de forma comunitária.

Um outro campo de busca por alternativas refere-se aos meios de se realizar o intercâmbio monetário. Nas últimas décadas, surgiram moedas sociais e locais em diferentes partes do mundo como alternativa às moedas do sistema capitalista, ancoradas à financeirização da economia, à especulação e aos juros, que fazem com que bancos acumulem riquezas imensas, mesmo em cenários de crise econômica. O dinheiro ou a moeda social pode ser um meio de troca entre iniciativas solidárias, fortalecendo redes de colaboração. Uma vez redirecionado o destino do consumo final entre as unidades produtivas que compõem a rede, evita-se que parte do fru-

to do trabalho gerado em condições não capitalistas seja perdida devido à submissão ao sistema monetário capitalista. Neste contexto, há também diversas iniciativas de bancos comunitários e grupos de investimento coletivo.

Vale pontuar que os princípios que envolvem as *outras economias* também podem ser encontrados no âmbito das novas tecnologias e técnicas de comunicação, que, desde os anos 1990, têm desencadeado formas de organização e colaboração econômica, tanto no desenvolvimento de diferentes tipos de plataformas quanto no acesso ao conhecimento e compartilhamento de conteúdo. Entre as diversas iniciativas, estão aquelas que partem da cooperação de indivíduos, que muitas vezes só se conhecem através do meio virtual e se unem para o desenvolvimento de uma aplicação ou compartilhamento de informações, como é o caso da plataforma riseup.net, que fornece um repertório de ferramentas tecnológicas de forma livre. No que diz respeito à comunicação, plataformas como midiaindependente.org visam democratizar a comunicação midiática através da construção de um espaço virtual onde autoras/es independentes podem publicar matérias jornalísticas ou artigos.

Semelhante é o caso de plataformas e aplicativos que são desenvolvidos e se mantêm pela colaboração dos seus próprios usuários ou mapas abertos que são desenvolvidos de forma colaborativa. Diante da tendência de monopolização nas mãos de poucos gigantes que controlam a maior parte dos fluxos de informação nas redes virtuais, a ideia do cooperativismo, ho-

rizontal e auto-organizado, apresenta-se como uma alternativa antagônica ao capitalismo de plataforma, por meio da produção de ferramentas digitais voltadas para os interesses da classe trabalhadora e das comunidades.

Em meio à diversidade de experiências, uma questão chave referente ao impacto de uma iniciativa econômica alternativa é a sua relação *com* e inserção *em* lutas mais amplas de resistência. A multiplicação das experiências e a perspectiva de transformação radical potencializam-se, uma vez que os modelos econômicos alternativos das *outras economias* são um meio para conquistas sociais mais abrangentes. Em relação às lutas e suas territorialidades, essas *outras economias* têm grande importância no embate com lógicas dominantes, que des-territorializam através de relações baseadas em valores de troca e na privatização de lucros e abrem o horizonte dos povos em movimento para se organizarem baseados em valores de uso e na socialização do produto do trabalho coletivo. Assim, a luta pela sobrevivência material não faz com que lutas emancipatórias sejam atravessadas e enfraquecidas por formas heterônomas de exploração econômica.

Para concluir este breve panorama, destacamos que, para quem sinta a necessidade, tenha a vontade e queira avaliar possibilidades de se engajar na prática com *outras economias*, não faltam oportunidades: busque saber a origem do que consome, procure conhecer iniciativas próximas de você, frequente feiras de redes alternativas de distribuição, organize ou associe-se a uma rede ou a cooperativas de consumo

consciente, produza alimentos em lajes, quintais e hortas comunitárias, organize-se coletivamente para gerar renda em cooperativas ou fábricas recuperadas. Apoie iniciativas ligadas a *outras economias* e, sempre que possível, dê preferência a produtos e serviços de unidades econômicas que estão nas mãos de suas trabalhadoras e trabalhadores ou que se realizam de forma comunitária.

Outras economias são construídas no dia a dia, em um processo no qual cada um/a

pode contribuir, nós que escrevemos este texto tanto quanto você que o lê. O capitalismo deve ser superado, e dependerá das lutas das/os de baixo para que aquilo que venha a substituí-lo seja um sistema mais humano, ecológico, solidário e igualitário, inspirado e baseado em experiências de *outras economias* com as quais se vem fazendo experiências a partir de escalas locais, e que se articulam em múltiplas escadas em prol de um mundo no qual cabem muitos mundos e muitas formas outras de se fazer economia.

Referências do texto

- GIBSON, Katherine; GRAHAM, Julie. *Una política poscapitalista*. Bogotá: Siglo de Hombre Editores, 2011.
- HESPANHA, Pedro et al. (Orgs.). Dicionário internacional da outra economia. Coimbra / São Paulo: Almedina, 2009. (Em espanhol: CATTANI, Antonio David (Org.). *La otra economía*. Buenos Aires: Altamira, 2004.)
- POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2012.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Abya Yala. Enciclopédia Latino-Americana. Disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/abya-yala>. Acesso jun 2020
- PRADO, José Nuñez del. *Economías indígenas: estados del arte desde Bolivia y la economía política*. La Paz: Ediciones Presencia, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Producir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

Sobre os autores e as autoras

Alanda Lopes B. Martins. Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora no Departamento de Geografia CEDERJ/UERJ/Universidade Aberta do Brasil, integrante do Laboratório de Estudos sobre Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO/UFF) e coagricultora CSA.

Emanuel Jurado. Professor no Curso de Licenciatura em Logística, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo, Mendoza, Argentina). Membro do grupo de estudo de Geografias Emergentes, Universidad de Buenos Aires (UBA). Membro da cooperativa El Almacén Andante (Mendoza, Argentina).

Igor Dalla Vecchia. Geógrafo, mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e integrante do Coletivo Ambiente Crítico de Porto Alegre - RS.

Antônio Alberto de Jesus de Pina Júnior. Cientista Social pela Universidade Cândido Mendes (UCAM/IUPERJ) e integrante do Coletivo Comuna 76, Centro de Mídia Independente e da Associação de Trabalhadores de Base (ATB).

Laura Niño. Licenciada em Psicologia, Universidad Santo Tomás, Bogotá, Colômbia. Mestre em Psicologia Social e Comunitária, Universidad de Buenos Aires. Docente no Curso Economia Social e Solidária da Universidad Nacional de Quilmes (UNQ). Membro do Projeto Mercado Territorial.

María Amalia Guisasola. Engenheira agrícola, mestranda em Extensão e Desenvolvimento Rural na Faculdade de Ciências Agrárias da Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo, Mendoza, Argentina). Docente em escolas secundárias e terciárias e rurais. Técnica territorial para o acompanhamento organizacional de camponeses, agricultores familiares e trabalhadores rurais sem-terra.

Timo Bartholl. Professor no Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenador do Núcleo de Estudos Território e Resistência na Globalização (NUREG/UFF) e integrante do Coletivo Roça! (Maré, município do Rio de Janeiro).